

## RESENHA

RIBEIRO, Ana Clara Torres et GRAZIA, Grazia de. **Experiências de orçamento participativo no Brasil. Período de 1997 a 2000.** Petrópolis RJ. Editora Vozes Ltda, 2003.

Sandra Mara Garcia Henriques<sup>1</sup>

O livro “Experiências de orçamento participativo no Brasil.”, de Ribeiro e Grazia, faz uma avaliação qualitativa e quantitativa sobre o orçamento participativo no referido país, no período de 1997 a 2000, atualmente considerado uma das práticas mais bem-sucedidas de participação dos cidadãos na gestão pública em nível internacional e uma contribuição fundamental para a democratização do país.

A obra está baseada numa vasta pesquisa sobre o tema que, junto ao Fórum Nacional de Participação Popular(FNPP), pretendeu realizar uma radiografia sobre o atual processo de participação popular nas cidades brasileiras.

Segundo informações obtidas através destes questionários, constatou-se que o orçamento participativo se manifesta com maior força na região sudeste, somando 75% do total no Brasil, e o partido político que mais implanta esta ação nos municípios é o Partido dos Trabalhadores, que dirigiu 50% destas experiências neste período.

No entanto, como todas as práticas que envolvem uma maior participação dos cidadãos, o orçamento participativo ainda enfrenta desafios para se consolidar no país, considerando que não só a sua implementação é ainda restrita ao âmbito local, como também o processo decisório, numa parcela considerável das experiências, - aproximadamente 35,9% das mesmas -, ainda

---

<sup>1</sup> Bolsista do PBIC/CNPq e aluna da Escola de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas.

é bastante dependente das ações do Poder Executivo, especialmente, das definições dos Gabinetes dos Prefeitos.

Em termos do envolvimento da população com as reuniões do orçamento, a pesquisa demonstrou que a dinâmica de organização dos chamados ciclo de participação, que nada mais são do que rodadas de debate, estimula o envolvimento dos cidadãos e a discussão dos problemas de cada região. Contudo, apesar da adesão a esta proposta ser, na maioria dos casos, bastante considerável, o livro analisado enfatiza a grande dificuldade em verificar números absolutos que quantifiquem tal envolvimento, *considerando* que a organização em ciclos também facilita que uma mesma pessoa participe de várias reuniões no mesmo período.

Outro aspecto importante sublinhado por esta pesquisa é o processo de escolha de representantes (delegados) nas assembleias do orçamento participativo que possuem um mandato de dois anos, levando em conta que esta eleição representa um momento privilegiado para a formação política dos cidadãos e estimula um fortalecimento dos laços entre os representantes e os representados.

Entretanto, outro fator que pode vir a desafiar a dinâmica adotada pelos representantes eleitos dos cidadãos é que, em grande parte dos casos, a coordenação das reuniões orçamentárias está centralizada por técnicos ou funcionários da Prefeitura, algo que poderia comprometer a autonomia desta experiência.

De um modo geral, o orçamento participativo tem sua institucionalização assegurada pela legitimidade alcançada nas regiões na qual ele foi instituído, apesar de que este processo ainda não se tornou um direito universal. Mesmo assim, nas cidades onde ele se realiza existe, geralmente, um massivo processo de divulgação das suas atividades, utilizando a imprensa local e a mobilização realizada por entidades da sociedade civil.

Fazendo um balanço deste período, é possível afirmar que o orçamento participativo significou um importante canal de

participação cidadão no qual foram discutidos investimentos e estratégias de execução de políticas públicas implementados pela administração municipal, observando-se as prioridades eleitas pelos moradores em assembléias por região, bairro ou temática.

Também é importante destacar que, na maioria dos casos, as propostas aprovadas no orçamento participativo foram respeitadas pelas Câmaras de Vereadores, havendo inclusive o envolvimento dos vereadores enquanto cidadãos na assembléias orçamentárias. Além disso, os Conselhos Municipais, enquanto organismos fiscalizadores, também vêm acompanhando as decisões tomadas na totalidade dos ciclos de participação e a execução dos investimentos na gestão analisada.

Enquanto conclusão as autoras afirmam que esta pesquisa, retratada na obra analisada, procurou identificar os limites que condicionam a experiência democrática do orçamento participativo em nível nacional, sendo que uma nova pesquisa será realizada na gestão de 2001 a 2004, analisando como irão se apresentar estas experiências diante das novas conjunturas políticas e econômicas.

Do meu ponto de vista, este livro é uma contribuição extremamente importante para todos aqueles que buscam conhecer a experiência brasileira do orçamento participativo, sendo que oferece, especialmente para pesquisadores, um conjunto de informações vitais para analisar este processo no Brasil.

